PREFEITURA MUNICIPAL



<u> Prefeitura Municipal de Marumbi</u>

Município Criado pela Lei n.º 4245 de 25/07/1960

CNPJ 75.771.246/0001-66

¹ Rua Ver. João Fuzetti, 800 - Cx. P. 5 - Tele/Fax (0**43) 441-1212 - CEP 86910-000

Lei nº907/2025 Data:17/06/2025

Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Marumbi e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARUMBI aprovou e eu, a Prefeita do Município de Marumbi, sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMPDEC do Município de Marumbi/Pr, diretamente subordinada a Prefeita ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

- I. **Defesa Civil**: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.
- II. **Desastre**: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais:
- III. **Situação de Emergência**: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.
- IV. **Estado de Calamidade Pública**: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.
- Art. 3º A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.
- Art. 4º A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 5º - A COMPDEC compor-se-á de:

I. Coordenador

1



<u>Prefeitura Municipal de Marumbi</u>

Município Criado pela Lei n.º 4245 de 25/07/1960

CNPJ 75.771.246/0001-66

Rua Ver. João Fuzetti, 800 - Cx. P. 5 - Tele/Fax (0**43) 441-1212 - CEP 86910-000

- II. Conselho Municipal
- III. Secretaria
- IV. Setor Técnico
- V. Setor Operativo
- Art. 6º O Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de defesa civil no município.
- Art. 7º Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Civil.
- Art. 8º O Conselho Municipal de Defesa Civil, órgão consultivo, paritário e deliberativo, será composto dos seguintes membros:
 - I. Presidente: Prefeito ou Vice-Prefeito;
 - II. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
 - III. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras,
 - IV. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes;
 - V. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - VI. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;
 - VII. 01 (um) representante da Câmara Municipal de Marumbi;
 - VIII. 01 (um) representante da Polícia Militar;
 - IX. 01 (um) representante da Polícia Civil;
 - X. 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores;

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho Municipal:

- I Deliberar sobre aplicação de recursos;
- II Definir as prioridades de aplicação dos recursos;
- III Prestar conta sobre a aplicação dos recursos,
- IV Elaborar Planos de Contingência para Desastres, e
- V Elaborar o seu próprio Regimento Interno.

<u> Prefeitura Municipal de Marumbi</u>

Município Criado pela Lei n.º 4245 de 25/07/1960

CNPJ 75.771.246/0001-66

Rua Ver. João Fuzetti, 800 - Cx. P. 5 - Tele/Fax (0**43) 441-1212 - CEP 86910-000

Art. 9º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

- Art. 10 A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.
- Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Marumbi, 17 de junho de 2025.

Elaine Maria Ferreira Costa Prefeita Municipal